

Políticas Públicas e Empreendedorismo no Brasil: Uma Análise do GEM 2006 (Global Entrepreneurship Monitor 2006)

Jairo Campos dos Santos

jairocs@ufrj.br

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Daniel Ferreira Falcao

daniel.falcao@oi.com.br

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Resumo

O presente trabalho concentrou-se na análise das informações contidas no GEM (Global Entrepreneurship Monitor), referente ao ano de 2006, e as relações dessas informações com as políticas públicas existentes no Brasil. A metodologia adotada para a análise inclui uma pesquisa qualitativa básica, de caráter confirmatório dos dados constantes no GEM 2006, além de um apoio bibliográfico. Os resultados mostram que há uma possibilidade concreta de crescimento econômico pela existência de mecanismos criadores de políticas públicas para o setor de fomento a novos empreendimentos, contudo, ainda é preocupante o desenvolvimento de políticas públicas de educação e capacitação profissional existentes atualmente e ligadas ao empreendedorismo no país. Além das confirmações dos resultados, o presente estudo suscita conclusões que retratam a perspectiva de uma análise mais profunda em ações que busquem criar um padrão de formulação de políticas públicas por setores ou, até mesmo gerais, com a finalidade de desenvolver o empreendedorismo no Brasil.

1 – Introdução

O desenvolvimento de um país passa por vários setores e atividades. O surgimento do fomento mais intenso em mecanismos de investimentos nas pequenas empresas e estímulos à formação de negócios próprios tem sido, nos últimos anos, geradores de melhores políticas públicas para diversos setores. Como menciona Mamanny (2007, p.1), de forma sintética, a história humana relaciona-se intimamente com as transformações econômicas e tecnológicas. Os processos de mudanças das sociedades representam uma rica fonte para pesquisadores de todas as áreas do conhecimento.

No Brasil, diversos organismos, em todos os entes federativos, estão desenvolvendo atividades ligadas ao empreendedorismo e, paralelamente, governos criam políticas públicas para regular, da melhor forma, as atividades empresariais daqueles que investem com dinamismo em vários setores. Cabe destacar o trabalho desenvolvido pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e pelo IBQP (Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade) que, juntamente com outros órgãos, buscam auxiliar e fomentar o empreendedorismo no Brasil.

O crescimento econômico não é atrelado somente ao desenvolvimento de grandes conglomerados e empresas multinacionais, pois no que pese a influência dessas grandes empresas no processo de bens e serviços, são as pequenas empresas que iniciam o ciclo virtuoso de produção e distribuição de produtos, conforme Mamanny (2007, p.1).

No entanto, ser empreendedor ou até mesmo um micro-empresário, não é uma tarefa fácil. Soares e Bastos (2007, p.1) mencionam que, pelo fato do elevado índice de desemprego em nosso país, principalmente nos grandes centros urbanos, um número maior de pessoas,

buscando um melhor meio de sobreviverem, consideram a possibilidade de construir seu próprio negócio. A partir desta visão, pode-se utilizar a definição de empreendedor existente no GEM (2007, p. 36): os empreendedores podem ser orientados por: *oportunidade*, quando motivados pela percepção de um nicho de mercado em potencial; ou *necessidade*, quando motivados pela falta de alternativa satisfatória de trabalho e renda.

Com isso, o implemento de novas políticas públicas estão contribuindo para que, apesar de ainda existir uma gama de dificuldades encontradas por esses “desbravadores”, um grande número de novos negócios não venham a sucumbir logo nos anos iniciais de sua existência. Nesse ponto de vista, Faria (2005) menciona que a existência de uma avaliação de políticas públicas, que disponibilizam assistência técnica e financiamento, é crucial, entretanto, precisa haver uma conciliação entre a administração pública com os políticos e, além disso, sensibilizar os setores acadêmicos para que uma real avaliação ocorra e, dessa forma, ampliar a percepção social dos impactos que as políticas públicas podem causar.

Em recentes dados pesquisados pelo SEBRAE e divulgados por sua agência de notícias, em agosto de 2007, pode-se observar o seguinte:

As micros e pequenas empresas brasileiras estão sobrevivendo mais. Segundo a mais nova pesquisa do Sebrae sobre o tema, 78% dos empreendimentos abertos no período de 2003 a 2005 permanecem no mercado. O resultado é considerado extremamente positivo, quando comparado com o obtido em pesquisa anterior, em que esse índice foi de 50,6%, para empresas abertas entre 2000 e 2002.

Os dados fazem parte do estudo “Taxa de Sobrevivência e Mortalidade das Micro e Pequenas Empresas”, encomendado pelo Sebrae a Vox Populi e divulgado em 20 de agosto de 2007, em Brasília. O levantamento faz uma análise de vários aspectos em 14.181 empresas ativas e extintas de todas as regiões do País nos anos de 2003 a 2005.

Através de uma suposição de que está ocorrendo uma melhoria nas políticas públicas aplicáveis ao desenvolvimento empreendedor no Brasil e, com isso, influenciando no crescimento deste setor, este estudo pretende fazer uma análise exploratória do documento denominado GEM 2006 (Global Entrepreneurship Monitor 2006), desenvolvido pelo IBQP e tendo como instituições em parceria, o SEBRAE, a FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), o UNICEP (Centro Universitário Positivo) e a PUCPR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná). Tal análise está fixada na comparação existente nos aspectos traçados no documento, referentes ao Brasil e, em alguns momentos, aos outros países pesquisados, levando em conta as políticas públicas existentes no país, principalmente, àquelas ligadas ao panorama atual dos empreendedores e seus negócios.

Os procedimentos metodológicos e analíticos utilizados correspondem a uma pesquisa qualitativa básica, de caráter confirmatório dos dados constantes no GEM 2006, além de um apoio bibliográfico.

Assim, com o conjunto de dados levantados, foi construída a estrutura principal do estudo, o qual serviu para a consecução das análises fundamentais previstas, ou seja, as características do empreendedorismo no Brasil e as relações do empreendedorismo brasileiro com as políticas públicas existentes.

2 – O Global Entrepreneurship Monitor (GEM)

O GEM é um estudo que coleta e disponibiliza informações através de relatórios sobre o empreendedorismo no Brasil, o seu reflexo na estrutura social brasileira e as relações existentes com os outros participantes também pesquisados no estudo. Além disso, demonstra o movimento dos empreendedores com relação aos cenários existentes na economia, nas diversas oportunidades de negócios e nas ações governamentais fomentadoras das atividades de pequenas e médias empresas.

O estudo GEM, publicado em 2007, é o sétimo ciclo consecutivo publicado no Brasil e divulgado através do documento denominado Empreendedorismo no Brasil: 2006. Seu

conteúdo, referente às informações sobre o empreendedorismo brasileiro, é formado por análises de dados colhidos através de uma pesquisa realizada com 2.000 indivíduos entrevistados, com idade entre 18 e 64 anos, de todas as regiões brasileiras, selecionados aleatoriamente entre empreendedores. Utiliza também entrevistas pessoais com especialistas nacionais no assunto, pois possuem conhecimento dos diversos setores empresariais, além disso, fontes secundárias como o Banco Mundial, SEBRAE, Ministério da Educação (MEC), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros, contribuem com dados relativos à qualidade de vida da população, infra-estrutura, sistema educacional e outras informações demográficas que auxiliam na significância do documento.

Segundo o próprio estudo, esta amostra garante um alto padrão de confiabilidade à pesquisa, com um erro amostral na faixa de 2%, considerado ótimo pela ciência estatística.

Os dados colhidos na pesquisa brasileira são comparados com os referentes a outros países. No caso de 2006, a abrangência do estudo contém 42 países sendo: 21 na Europa; 10 nas Américas (6 da América do Sul); 9 da Ásia; 1 na África e 1 na Oceania.

As comparações e relações são especialmente ligadas aos seguintes aspectos: negócios novos, estabelecidos ou nascentes; motivação para empreender e potencial de inovação e, segundo o próprio documento, as constatações e análises nele contidas contribuem de modo definitivo para a discussão e compreensão de tão relevante tema.

Uma característica importante do estudo é o conjunto de definições para os níveis de empreendedorismo, ou seja, existem condições para o empreendedor que inicia seu negócio até a real consolidação do mesmo. As condições são:

- Empreendedor Nascente – são aqueles à frente do negócio em implantação
- Empreendedor Novo – são aqueles à frente do empreendimento a menos de 42 meses
- Empreendedor Estabelecido – são aqueles à frente do empreendimento a mais de 42 meses

2.1 – Panorama do Empreendedorismo no Brasil

Segundo Velandro Soares *et al* (2007, p.1), a criação e o desenvolvimento de pequenas empresas tornam-se fundamentais para a sustentabilidade do país, contribuindo para a geração de empregos, o desenvolvimento e crescimento econômico, entretanto, a necessidade de incentivo através de políticas públicas torna-se fator preponderante na manutenção de empreendimentos no Brasil e em qualquer outro país que acredite em um crescimento econômico sustentável através de ações políticas que trazem impactos sociais de larga escala, principalmente, àquelas voltadas para o fomento de negócios.

As relações do mercado com o Estado, segundo Reis (2003), estão reguladas através das políticas públicas, que possuem como competência analisar como é que o Estado age ou pode agir para assegurar a provisão de bens (públicos ou não) que não são produzidos e distribuídos pelo setor público. Desse contexto temos um dos motivos que não apenas o país precisa de novos empreendimentos, mas mantê-los.

O GEM traz uma análise da evolução do empreendedorismo no Brasil. Tal evolução é medida através de uma taxa denominada TEA (Taxa de Empreendedores Iniciais) que engloba os empreendedores nascentes e os novos e, conforme figura 1, pode-se observar a evolução da atividade empreendedora do Brasil, nos últimos seis anos.

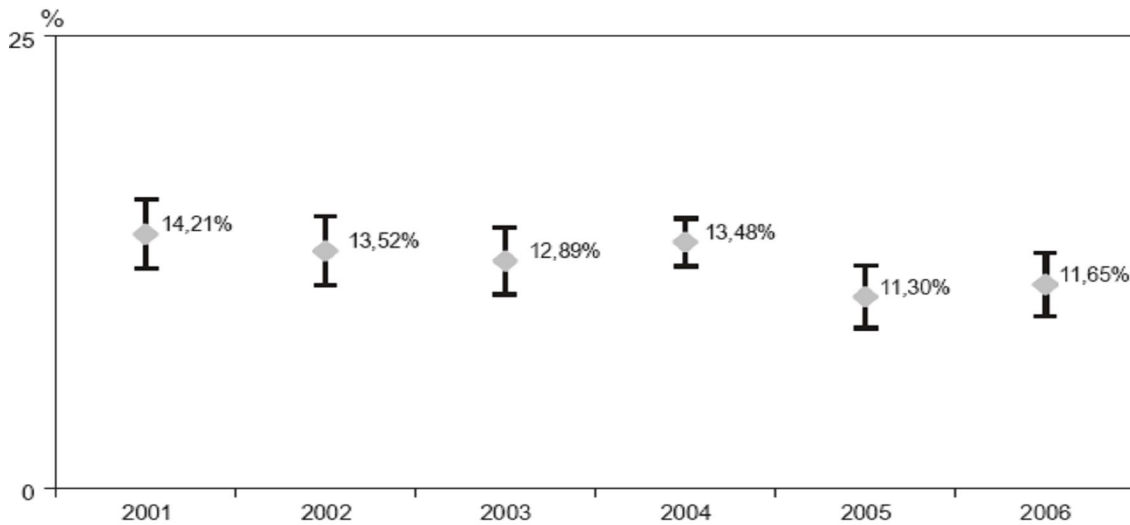


Figura 1 – Taxa de Empreendedores Iniciais no Brasil
 Fonte: GEM 2006

A identificação de pouca oscilação no nível de empreendedorismo no Brasil deve ser tratada através de dois aspectos fundamentais. O primeiro, interno, é a evidência de que há possibilidades de incremento na atividade; o segundo, de comparação externa, precisa ser analisado juntamente com a figura 2, pois traz o Brasil como uma posição razoável entre os países conjuntamente pesquisados (10º lugar), embora o estudo revele que houve uma queda de 2005 para 2006.

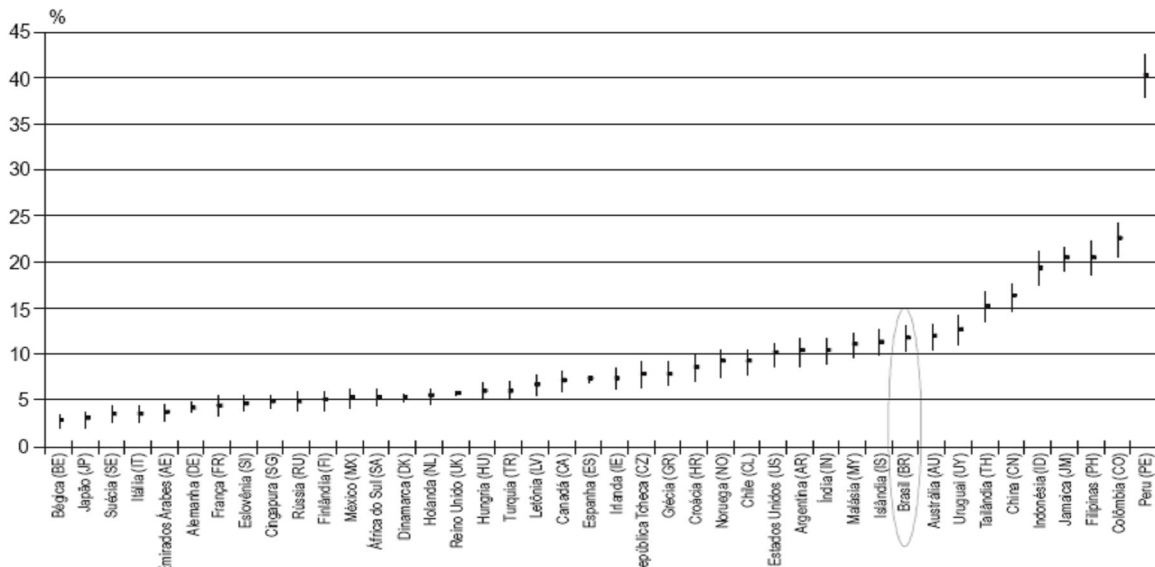


Figura 2 – Empreendedores Iniciais (TEA) 2006 por Países
 Fonte: idem

Com relação aos empreendedores estabelecidos, são importantes as questões relacionadas aos financiamentos e créditos concedidos pelos órgãos fomentadores públicos ou privados. Como mencionam Meurer Sela *et al* (2006, p. 5):

O apoio aos micro-empreendedores brasileiros através do microcrédito é importante, pois, apesar de seu dinamismo e senso de negócio, esses micro-empreendedores perdem oportunidades de crescer com segurança, principalmente porque não têm acesso a serviços financeiros adequados. Visando proporcionar um acesso facilitado ao crédito para os pequenos empreendimentos, algumas instituições ou programas atuam diretamente na

concessão de crédito popular no Brasil, que segundo o site do Banco Central do Brasil, podem ser enquadrados em:

- **Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPIs)** – Sua constituição está subordinada a aprovação do ministério da Justiça, e constituem, por definição, organizações sem fins lucrativos, o que as obriga a ter seu excedente operacional (bruto ou líquido aplicado integralmente na consecução do seu objetivo social).
- **As Sociedades de Crédito ao Micro empreendedor** – São fiscalizadas pelo Banco Central. Para seu funcionamento, se faz necessário um patrimônio líquido de no mínimo 100 mil reais. As SCM's não podem desenvolver outras atividades que não estejam ligadas ao microcrédito.
- **As ONGs** - Podem ser subdivididas naquelas que trabalham unicamente com crédito e nas que além do crédito oferecem outros serviços. Operam sem um limite mínimo, podendo assim constituir instituições de menor porte.
- **Os programas governamentais** – São criados e gerenciados pelos governos municipais e estaduais, estando, portanto, vinculados as leis e normas dos Estados e Municípios.
- **As Cooperativas e as Linhas de Crédito Especiais dos Bancos Comerciais -principalmente Governamentais** – Este serviço está restrito aos cooperados e é apenas uma das modalidades de crédito trabalhadas pelas cooperativas, que freqüentemente, também operam crédito para consumo.

Assim, deve-se observar que as relações de financiamento e crédito são importantes para o estabelecimento dos empreendedores e consolidação de seus negócios, entretanto, é importante salientar que não só a existência de facilitadores de créditos é suficiente para solidificar um empreendimento novo, pois é importante resgatar o que Peter Drucker mencionou com relação à gestão empreendedora, de acordo com a Revista HSM Management: No caso de uma empresa com vários anos de existência, a palavra determinante na expressão “gestão empreendedora” é “empreendedora”. Porém, para qualquer negócio novo, o foco deve se a palavra “gestão”.

Da mesma forma, como menciona Cunha (2007, p.1):

O papel desempenhado por essas novas micro e pequenas empresas é tão importante na sociedade que se faz necessário um estudo sobre os mecanismos de incentivo, ferramentas de ajuda e métodos de sustentação para que se amplie e melhore o entendimento a respeito deste fenômeno.

Trata-se, então, de uma importância elevada ao nível de gestão de um negócio e, para que haja uma gestão eficiente de um empreendimento em fase inicial é importante que missão e valores sejam definidos, metas e objetivos estejam traçados, necessidades estruturais mensuradas e o capital financeiro necessário seja bem calculado, ou seja, ações de planejamento estratégico. Assim, como definem Terence e Filho (2001, p.594):

As pequenas empresas possuem algumas particularidades que influenciam na sua atuação e demandam um processo diferenciado de gestão e, conseqüentemente, no processo estratégico. Desta forma, faz-se necessário avaliar, em um primeiro momento, a realidade das pequenas empresas, bem como suas características e limitações ao planejamento, propondo-se uma forma mais adequada ao pequeno empresário para o desenvolvimento de estratégias.

O GEM faz, ainda, o acompanhamento da evolução dos empreendedores estabelecidos no Brasil, figura 3, e também traça a situação do país em relação aos outros países do estudo, figura 4.

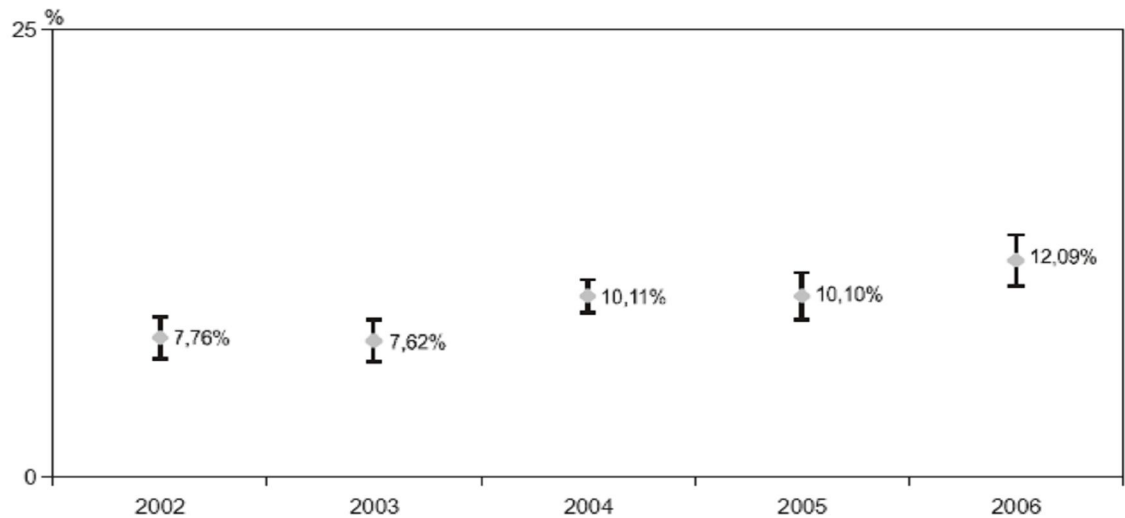


Figura 3 – Taxa de Empreendedores Estabelecidos no Brasil
Fonte: GEM

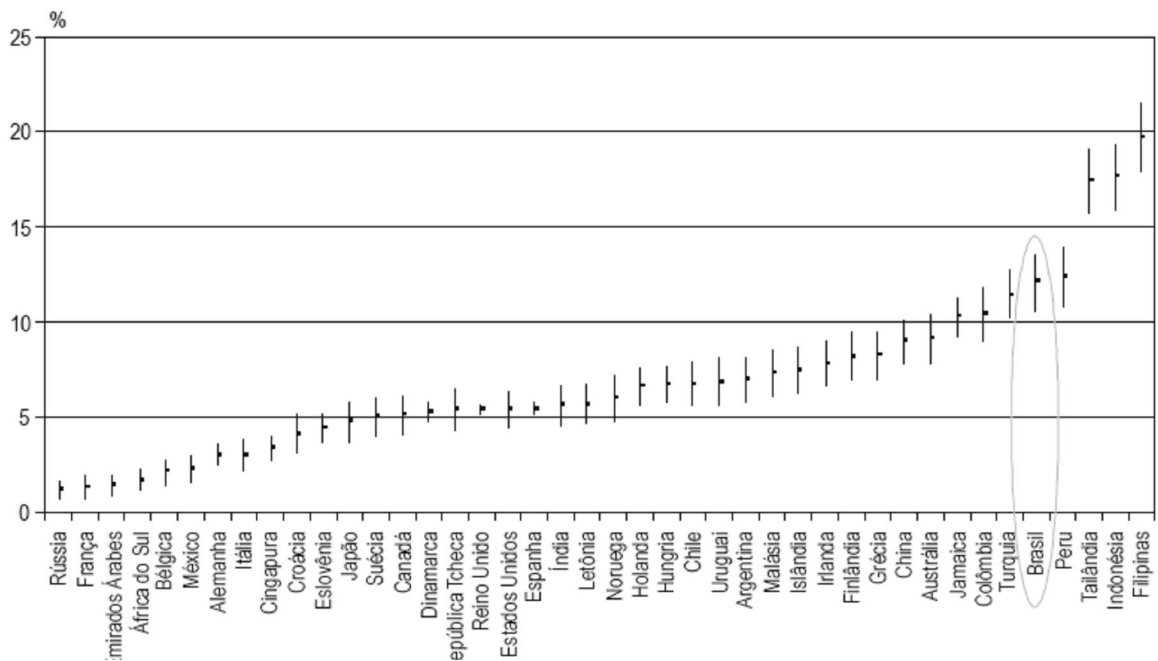


Figura 4 - Empreendedores Estabelecidos por países
Fonte: Idem

Com a observação das informações contidas nas figuras anteriores e a análise relatada no GEM, observa-se que há um aumento dos empreendimentos estabelecidos e consolidados no Brasil em relação aos últimos quatro anos comparados e, com relação à análise externa, o GEM revela que com o país se manteve na quinta posição com relação aos outros países pesquisados.

De uma maneira geral há um padrão empreendedor no Brasil, o que faz com que o país esteja evoluindo inclusive em relação a outros países que, além de possuírem mais recursos financeiros, possuem, também, estruturas de políticas públicas fomentadoras muito mais intensas e eficientemente implementadas.

Recursos financeiros são condições necessárias, mas não suficientes para que aja uma atuação mais intensa e eficaz em questões de políticas públicas, conforme Fucks e Perissinotto (2006).

O GEM também pesquisa sobre a questão do empreendedorismo por motivação e as causas das descontinuidades dos negócios. No primeiro caso, há a relação entre oportunidade e necessidade e nestas situações o Brasil está da seguinte forma:

- No empreendedorismo por oportunidade, manteve-se na casa dos 6%, porém no *ranking* o País foi da 15ª posição para a 20ª;
- No empreendedorismo por necessidade, não houve variação significativa, pois passou de 5,3% para 5,6%, contudo, no *ranking*, o Brasil passou de 4º colocado para 6º

Quando comparados com os anos anteriores, os dados atuais reforçam que para cada um empreendedor por oportunidade existe um empreendedor por necessidade no Brasil.

Identifica-se, também, uma estabilidade nas taxas e uma leve tendência para a redução dos empreendedores por necessidade, conforme figura 5.

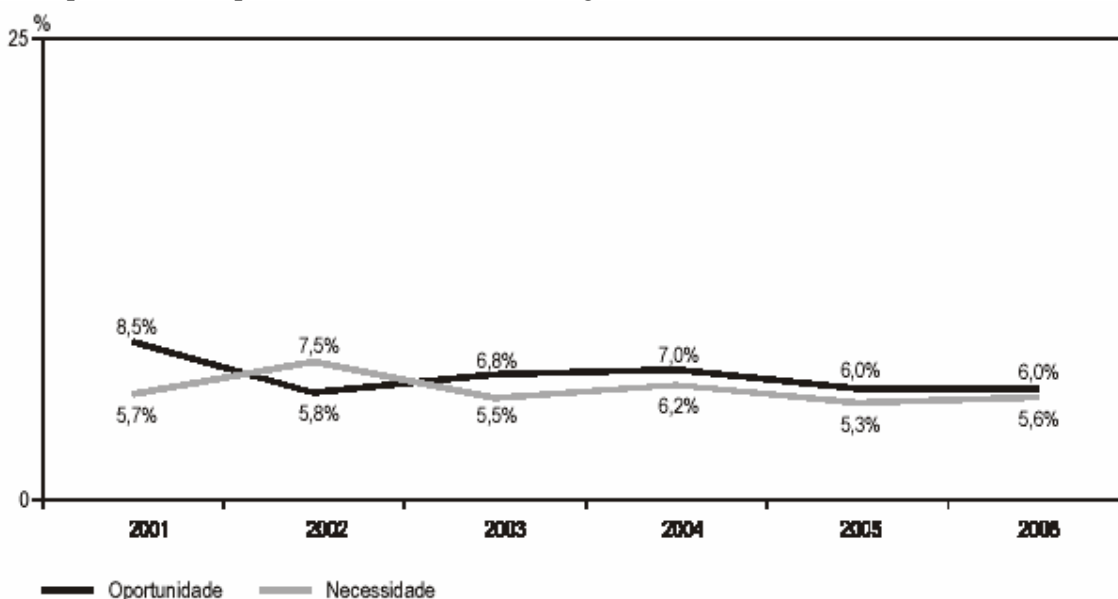


Figura 5 – Relação entre empreendedorismo por necessidade e empreendedorismo por oportunidade

Fonte: GEM

No Brasil, existem alguns programas de redução da pobreza e de distribuição de renda que atendem a uma parcela da população totalmente a margem dos padrões mínimos de um vida digna (Programa Bolsa Família, Programa Fome Zero, etc), entretanto, no caso do empreendedorismo, conforme menciona Portela Souza (2004), o envolvimento dos cidadãos diretamente interessados e alvos dessas políticas públicas (micro e pequenos empresários) são os quem mais sabem das suas condições de privação e como superá-las através de adequação correta a tais políticas e boa gestão dos seus negócios.

Na questão de descontinuidade dos negócios, existem duas situações contrastantes. Em primeiro momento, há uma Taxa de Descontinuidade ou abandono do negócio, relacionada com empreendedores que, por qualquer motivo, desistiram do negócio nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa do GEM. Nessa situação, a taxa vem em uma crescente queda, ou seja, 4,6%, situando o Brasil na 12ª posição em comparação com o grupo de países pesquisados e, no acumulado de 2002 até 2006 com 6,8%, de acordo com a figura 6.

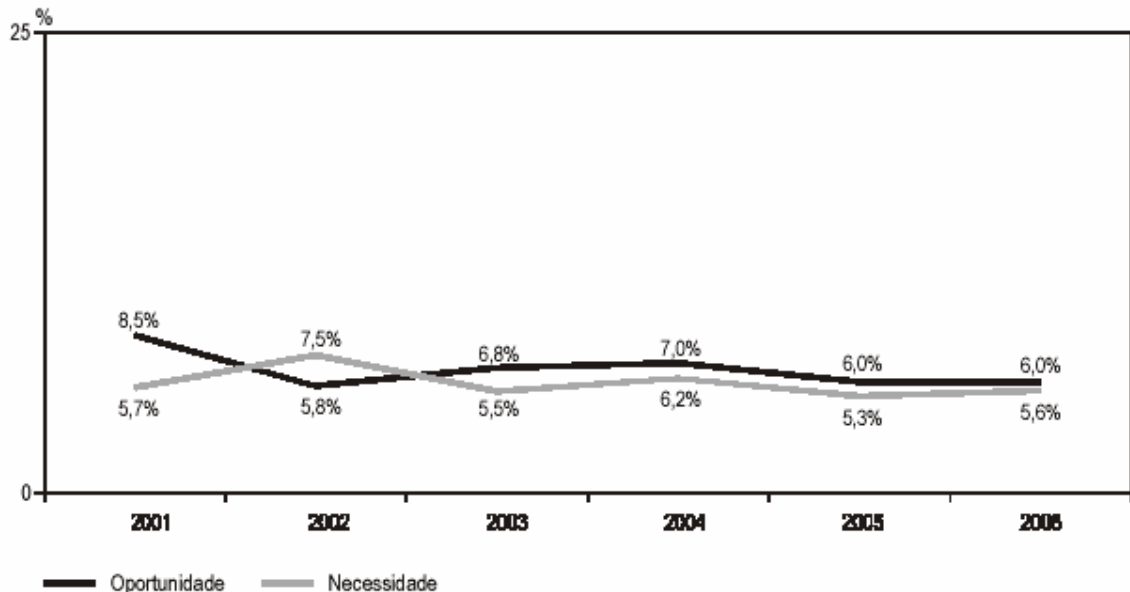


Figura 6 – Evolução da Taxa de Descontinuidade no Brasil 2002- 2006
Fonte: Idem

Ainda sobre descontinuidade, evidencia-se outra importante constatação, pois, quando a pesquisa se concentra somente nos empreendedores iniciais, ocorre o dobro da taxa calculada como descontinuidade geral, ou seja, chega a 9,3%, em 2006 e 13,3% no período acumulado de 2002 a 2006, sugerindo, de acordo com o relatório GEM, que a falta de sucesso em um empreendimento não impede o indivíduo de tentar novamente.

Alguns autores e organismos fomentadores de empreendimentos denominam a Taxa de Descontinuidade de outra forma, chegando a mencionar como taxa de mortalidade do negócio, entretanto, a preocupação com o fato é a mesma, inclusive com soluções baseadas em políticas públicas para a diminuição da referida taxa, conforme Cunha (2007, p.1):

A extrema competitividade e o mundo atual globalizado, no qual estamos inseridos, obriga cada vez mais aos empreendedores a tomarem atitudes e mudarem constantemente de ações no que tange a gestão de suas empresas, isso obriga os empreendedores a investir em treinamento e educação, visando melhor qualificação para o mercado e atualização de conhecimentos e objetivando vantagem competitiva nos negócios. Essa qualificação traz ao empreendedor capacidade de melhorar processos, reduzir custos, aumentar qualidade, gerar maior produtividade e melhorar o resultado da empresa.

(...)

Como tentativa de solução para minimização de taxas de mortalidade, surgem as

Incubadoras de Empresas que acolhem empresários fornecendo uma série de facilitadores para o surgimento, desenvolvimento e perpetuação de novos empreendimentos.

3 - Políticas Públicas e suas relações para Empreender

Segundo o Manual de Políticas públicas municipais de apoio às micro e pequenas empresas (SEBRAE 2005, p. 15), pode-se classificar os atores que participam do processo de

Políticas Públicas em dois grandes grupos: Públicos (de dentro do Estado ou do Governo) e Privados (Não-Estatais ou da Sociedade Civil).

Esses atores atuam dentro de arenas e cenários onde dinamizam as ações entre eles e criam o ciclo de políticas públicas, que são desenvolvidas em etapas para a formulação de temas da ação governamental, ou seja, uma agenda pública. O ciclo de políticas públicas é representado conforme figura 7, onde está esquematizado o processo de formação de políticas públicas.

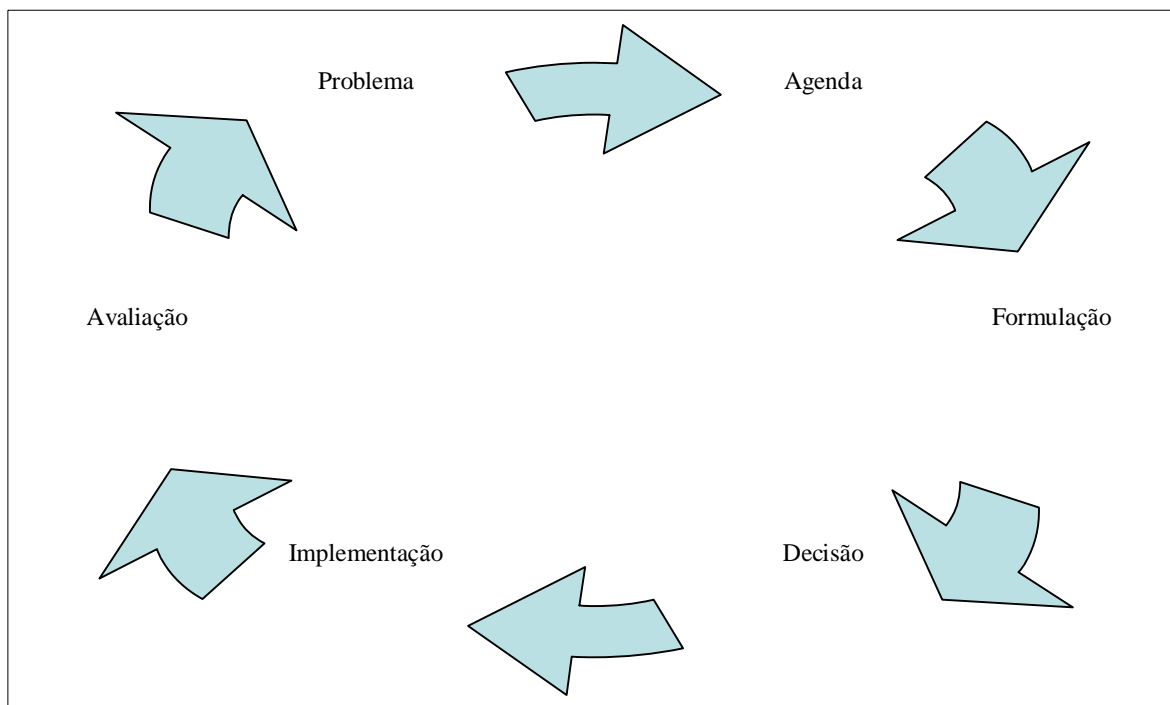


Figura 7 – Ciclo de Políticas Públicas

Fonte: Manual de Políticas públicas municipais de apoio às micro e pequenas empresas

As grandes questões relacionadas às Políticas Públicas desenvolvidas e implementadas com a finalidade de fomentar o empreendedorismo no Brasil estão diretamente ligadas ao estabelecimento do negócio, ou seja, a consolidação do mesmo.

Na verdade, o ciclo de vida do empreendimento deve, preferencialmente, superar a fase considerada inicial e, para isso, ações devem ser realizadas para que não ocorra evolução na Taxa de Descontinuidade.

Como menciona Queiroz (2007, p.2):

Em todo o mundo, grande parte dos negócios realizados são resultado do investimento de grandes organizações previamente constituídas, fusões, aquisições e estabelecimento de parcerias de duas ou mais organizações. Por outro lado, da atuação de profissionais que abrem uma microempresa para viabilizar uma idéia concebida, um novo produto, ou mesmo para sobreviver no mercado de trabalho, surgem empresas dinâmicas, que se transformam em grandes organizações com acentuada influência econômica.

Assim, uma grande preocupação é a geração de Políticas Públicas para estruturar relações empresariais possíveis, principalmente, com relação aos empreendimentos por necessidade.

No GEM, os especialistas consultados revelaram e priorizaram condições limitadoras aos empreendimentos e as duas principais são: apoio financeiro e políticas públicas. Na opinião desses pesquisadores, há uma unanimidade de que regras claras de financiamento devem existir e, com a estabilização econômica, o crédito se tornou mais fácil e, para o

mesmo, diversos incentivos e políticas de créditos são disponibilizadas por várias instituições financeiras, tanto públicas quanto privadas.

No desenvolvimento de Políticas Públicas de caráter geral, pode-se destacar, além da legislação que abrange e regula as micro e pequenas empresas, implementada originariamente através da Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas (Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006), suas alterações, como foi o caso da criação de modelos simplificados de tributação que buscam desonerar o novo empreendedor conhecido como “Super Simples” (Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007) e regulamentos. Entretanto, o estudo GEM aponta uma situação que realmente precisa ser “atacada” com políticas consistentes: a educação e a capacitação para empreender.

O próprio documento GEM (2007, p. 136) menciona:

Na percepção desses pesquisados, o ensino nas escolas primárias e secundárias não fornece instruções adequadas sobre os princípios econômicos de mercado (-1,5). Além disso, ele é precário quanto à atenção dada ao empreendedorismo e à criação de novas empresas (-1,6) como também para encorajar a criatividade, a auto-suficiência e a iniciativa pessoal (-1,34). A educação de nível superior (-0,8) e a continuada ou de aperfeiçoamento (-0,43) também não são consideradas como favoráveis para o aprimoramento das habilidades para iniciar novos negócios. Apesar de existirem no País vários cursos de nível superior que atribuem atenção especial ao estudo do empreendedorismo, ainda não há uma boa e adequada preparação que possibilite aos concluintes lidar com empresas em fase de *start-up* e em crescimento.

Como não poderia deixar de ser, a educação é uma das grandes mazelas do Brasil e, com isso, afeta substancialmente o desenvolvimento do empreendedorismo no país, influenciando diretamente na Taxa de Descontinuidade.

A figura 8 relata os dados da pesquisa com a visão dos especialistas de todos os países envolvidos no GEM e esclarece que, no Brasil, os índices para todos os questionamentos realizados trazem correlações negativas, ou seja, o sistema de ensino, de uma maneira geral, e o fomento de capacitações para geração de novos empreendedores estão muito longe do ideal.

Com isso, as Políticas Públicas precisam ser integradas com o sistema de ensino do país, no que tange o desenvolvimento profissional e o estímulo para empreender, pois o aprendizado começa quando as pessoas compreendem que estão envolvidas de maneira direta na dinâmica do crescimento sustentado de um país e, para isso ocorrer, a “escola” é e sempre será o elo fundamental. Da mesma forma, observa Antonello e Dutra (2005, p.1):

Nos últimos anos, a sociedade vem mudando rápida e profundamente; o mundo das organizações sofre significativas e reiteradas transformações e o campo do conhecimento administrativo evolui e se revê de forma contínua. No bojo das mudanças sociais, a educação enfrenta novas questões, que trazem entre seus focos mais relevantes, o próprio papel da escola, as funções e competências de seus atores e a qualidade de seus processos, confrontados, entre outros provocadores, pelas novas tecnologias de comunicação e informação.

Reforçando ainda esta idéia, Karl Deutsch (1980) menciona:

As nossas cidades são uma malha política. A água que bebemos, o ar que respiramos, a segurança de nossas ruas, a dignidade de nossos pobres, a saúde de nossos velhos, a educação de nossos jovens e a esperança para nossos grupos minoritários - tudo está em estreita ligação com as decisões políticas feitas na Prefeitura, na Capital do Estado ou no Distrito Federal.

PAÍSES	EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO						Média
	Em meu país, o ensino em escolas primárias e secundárias encoraja a criatividade, a auto-suficiência e a iniciativa pessoal.	Em meu país, o ensino em escolas primárias e secundárias fornece instrução adequada sobre os princípios econômicos de mercado.	Em meu país, o ensino em escolas primárias e secundárias dá a atenção adequada ao empreendedorismo e criação de novas empresas.	Em meu país, as faculdades e univ. fornecem uma preparação boa e adequada para lidar com empresas em fase de start-up e em crescimento.	Em meu país, o nível do ensino nas áreas de adm. e negócios fornece uma preparação boa e adequada para iniciar novos negócios e desenvolver novas empresas.	Em meu país, programas de capacitação de mão-de-obra, o ensino prof. e os sistemas de educação continuada fornecem uma preparação boa e adequada para iniciar novos negócios e desenv. novas empresas.	
África do Sul	-0,52	-0,83	-0,97	-0,60	-0,17	-0,31	-0,57
Alemanha	-0,73	-1,18	-1,57	-0,47	-0,39	-0,64	-0,83
Argentina	-0,69	-1,08	-1,12	-0,20	0,50	0,43	-0,36
Austrália	0,03	-0,29	-1,03	-0,58	0,14	0,08	-0,27
Bélgica	-0,51	-0,39	-1,08	-0,57	0,43	0,37	-0,29
Brasil	-1,34	-1,50	-1,60	-0,80	-0,43	-0,43	-1,02
Chile	-1,56	-1,25	-1,56	-0,42	0,56	-0,22	-0,74
Cingapura	0,19	0,03	0,08	0,33	0,33	0,42	0,23
Colômbia	-0,86	-1,12	-1,11	0,16	0,52	0,09	-0,39
Croácia	-0,71	-0,71	-0,91	-0,60	0,11	-0,09	-0,49
Dinamarca	-0,26	-0,48	-0,70	-1,28	-0,44	-0,43	-0,60
Emirados Árabes	-0,36	-0,81	-1,11	0,04	0,14	0,04	-0,34
Eslovênia	-0,76	-0,80	-1,10	-0,43	0,23	-0,31	-0,53
Espanha	-0,68	-0,85	-1,20	-0,61	0,06	-0,10	-0,56
Estados Unidos	0,10	-0,37	-0,55	0,51	0,81	0,49	0,17
Filipinas	-0,42	-0,90	-1,12	-0,31	0,04	-0,06	-0,46
Finlândia	-0,53	-0,74	-1,04	-0,72	0,04	-0,20	-0,53
Grécia	-0,71	-0,74	-0,91	-0,49	-0,23	-0,40	-0,58
Holanda	-0,50	-0,73	-1,17	-0,77	-0,26	-0,27	-0,62
Hungria	-0,23	-0,91	-1,18	-0,05	0,41	-0,38	-0,39
Índia	-0,69	-1,26	-1,23	-0,39	0,39	-0,03	-0,54
Indonésia	-0,47	-0,67	-0,70	-0,27	0,27	0,13	-0,29
Irlanda	-0,72	-0,74	-1,10	-0,51	-0,29	-0,27	-0,61
Islândia	-0,73	-0,87	-1,00	-0,10	0,54	0,11	-0,34
Itália	-0,53	-0,94	-1,33	-0,65	-0,17	0,06	-0,59
Jamaica	-1,06	-1,19	-1,29	-0,57	-0,03	-0,06	-0,70
Letônia	-0,10	-0,30	-0,75	0,00	-0,05	-0,15	-0,23
Malásia	-1,20	-1,00	-1,32	-0,93	-0,36	-0,26	-0,85
México	-0,59	-0,83	-0,76	0,06	0,28	0,06	-0,30
Noruega	-0,14	-0,70	-0,43	-0,36	-0,06	-0,34	-0,34
Peru	-1,19	-1,18	-1,45	-0,39	0,03	-0,18	-0,73
Reino Unido	-0,34	-0,76	-0,63	-0,28	-0,06	-0,33	-0,40
República Tcheca	-0,73	-0,61	-0,91	-0,31	-0,06	-0,06	-0,45
Rússia	-0,39	-0,56	-1,03	-0,66	0,22	0,28	-0,36
Tailândia	-1,21	-1,04	-1,43	-0,17	-0,34	-0,39	-0,76
Turquia	-0,80	-0,89	-0,86	-0,64	-0,29	-0,34	-0,64
Uruguai	-1,06	-1,43	-1,57	-0,48	0,19	-0,06	-0,73
Média países	-0,62	-0,83	-1,05	-0,39	0,07	-0,10	-0,49

Figura 8 – Análise dos especialistas nas questões de Educação e Capacitação para o Empreendedorismo
Fonte: GEM

Outra forma de desenvolvimento e aplicação de Políticas Públicas foi a implementação de incubadoras de empresas, que são uma extensão das empresas juniores, desenvolvidas nas universidades e centros de pesquisas universitárias.

As incubadoras de empresas possibilitam estimular novos negócios e seus empreendedores no desenvolvimento de inovações tecnológicas que possibilitam colocar no mercado produtos e serviços com sustentabilidade e um bom nível de segurança. Hoje, as

incubadoras não se restringem às empresas de base tecnológica. No Brasil, já existem incubadoras de cooperativas, de serviços, culturais e sociais. Elas incentivam as pessoas a desenvolverem seus empreendimentos e constituem fator impulsor do empreendedorismo (GEM, 2007, p.169).

Toda estrutura de apoio ao empreendedorismo no Brasil está calcada, principalmente, nas incubadoras de empresas e no apoio de organizações ligadas ao sistema da Confederação Nacional da Indústria (CNI), de maneira particular, ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e ao SEBRAE. Existem estruturas dessas instituições em todo o território nacional e, dessa forma, podem tornar-se agentes difusores e capacitadores de pessoas para iniciarem novos negócios.

O SEBRAE, a ANPROTEC (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores), o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) e o IEL (Instituto Euvaldo Lodi) são exemplos de alguns órgãos que têm estimulado a criação de Políticas Públicas benéficas ao empreendedorismo, ligadas à incubação de novos empreendimentos.

4 – Considerações Finais

Através do documento GEM há uma possibilidade enorme de se avaliar o panorama atual do nível de empreendimentos realizados no Brasil. Este estudo baseou-se somente na situação que envolve uma pequena parte do documento e a influência existente das políticas públicas implementadas e, como o próprio GEM (2007, p. 200) menciona:

Além de identificar os principais aspectos que limitam ou facilitam as atividades empreendedoras, o GEM também busca informações viáveis para se pensar políticas públicas que o empreendedorismo a partir dos cenários particulares de cada nação. Nesse sentido, não se pretende definir um modelo único, mas caracterizar propostas mais adequadas ao contexto nacional e regional específico.

O empreendedorismo não é a solução definitiva para combater o desemprego, a exclusão social e a pobreza, entretanto, é um instrumento eficiente, quando é desenvolvido através de políticas públicas, que identifique as necessidades reais da sociedade empreendedora, principalmente nas questões relacionadas à geração de emprego, educação e capacitação profissional e, de acordo com Cordeiro e Mello (2006, p. 13):

O crescente e significativo interesse pelo Empreendedorismo, nos últimos quinze anos reflete, assim, a ênfase sobre o papel exercido pelo sujeito empreendedor enquanto fenômeno fundamental do desenvolvimento, destacando, ainda, o crescimento econômico como meio para concretização da justiça social.

No que pesem as relações aqui tratadas, através da análise do GEM, considera-se que há uma evolução do empreendedorismo no Brasil e, de uma forma geral, o objetivo deste estudo foi alcançado, pois identificou uma possibilidade concreta de crescimento econômico pela existência de mecanismos criadores de políticas públicas para o setor de fomento a novos empreendimentos, contudo, ainda é preocupante o desenvolvimento de políticas públicas de educação e capacitação profissional existentes atualmente. Percebeu-se que há uma evolução nos setores políticos, econômicos e sociais diretamente ligados aos mecanismos de empreendedorismo, mas no aspecto educacional, especificamente nas questões ligadas ao conhecimento social de novas formas de geração de renda ainda é necessário uma intensificação das informações, principalmente nos ambientes educacionais e fomentadores de pesquisas tanto em escolas profissionalizantes como nas universidades.

Dessa forma, como sugestão para um estudo mais aprofundado, é importante salientar que, conforme figura 9, uma seqüência de ações pode dinamizar e incrementar o nível de empreendedorismo no Brasil nas questões de políticas públicas. Essa seqüência de ações pode ser analisada através setores e sua real aplicabilidade ou até mesmo se ela constitui um padrão para o desenvolvimento do empreendedorismo no país.

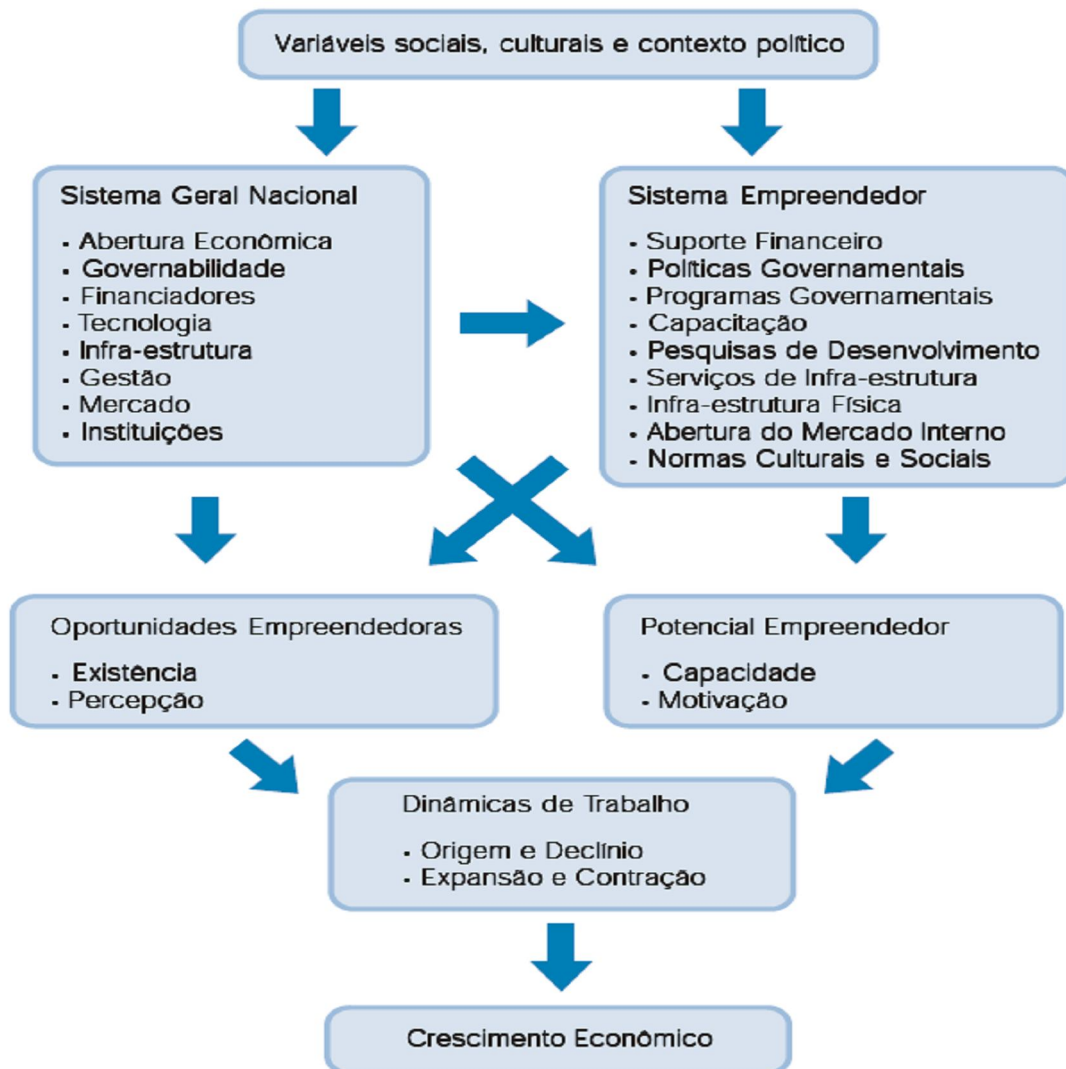


Figura 9 – Modelo Sistemático de Planejamento de Políticas Públicas

Fonte: Manual de Políticas públicas municipais de apoio às micro e pequenas empresas (Adaptação)

Diante deste quadro e após a análise do GEM evidencia-se que a busca pelo êxito do sistema empreendedor brasileiro é considerada satisfatória, à medida que as políticas públicas continuem a evoluir e que o aprimoramento de alguns setores estruturais básicos consiga melhorar seus níveis de crescimento.

5 – Referências Bibliográficas

ANPROTEC. **Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores**. Disponível em: <<http://www.anprotec.org.br>> . Acesso em 04 out 2007.

ANTONELLO, C. S; DUTRA, M. L. S. **Projeto Pedagógico: Uma Proposta Para o Desenvolvimento de Competências de Alunos do Curso de Administração, com Foco no Empreendedorismo**. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29, 2005, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2005. 1 CD-ROM.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. **Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.** Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaFormPesquisa.action>>. Acesso em: 01 out 2007.

BRASIL. Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007. **Altera o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.** Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaFormPesquisa.action>>. Acesso em: 01 out 2007.

CORDEIRO, A. T; MELLO, S. C. B de. **Rupturas, Permanências e Resignificações na Estrutura Discursiva do Empreendedorismo.** In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 30, 2006, Salvador. Anais... Salvador: ANPAD, 2006. 1 CD-ROM.

CUNHA, C. H. B. da. **A Inclusão da Disciplina Empreendedorismo no Curso de Administração como Disseminador da Cultura Empreendedora.** In: SIMPÓSIO DE GESTÃO E ESTRATÉGIA EM NEGÓCIOS, 5, 2007, Seropédica/RJ. Anais... Seropédica/RJ: SIMGEN, 2007. 1 CD-ROM.

CNPq. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.** Disponível em: <<http://www.cnpq.br>>. Acesso em: 04 out 2007.

DEUTSCH, Karl. **Política e governo.** Brasília: Ed. UnB, 1980. Coleção Pensamento Político. Vol. IX.

Empreendedorismo no Brasil : 2006 (Global Entrepreneurship Monitor 2006 – GEM 2006).— Curitiba : IBQP, 2007.

FARIA, C. A. P de. **Idéias, Conhecimentos e Políticas Públicas: Um Inventários Sucinto das Principais Vertentes Analíticas Recentes.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, Vol. 18, nº 51, p. 21-29, 2003.

FINEP. **Financiadora de Estudos e Projetos.** Disponível em: <<http://www.finep.gov.br>>. Acesso em: 04 out 2007.

FUKS, M; PERISSINOTTO, R. **Recursos, Decisão e Poder: Conselhos Gestores de Políticas Públicas de Curitiba.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, Vol. 21, nº 60, p. 67-81, 2006.

HSM Management. Publicação Bimestral. São Paulo. Ed. HSM do Brasil, n. 64, Ano 11, Vol. 5, setembro-outubro, 2007.

IEL. **Instituto Euvaldo Lodi.** Disponível em: <<http://www.iel.org.br>>. Acesso em: 04 out 2007.

MAMANNY, F. F. **O Empreendedorismo e a Gestão de Pequenas Empresas: Discussão Teórica Sobre Conceitos Controversos.** In: SIMPÓSIO DE GESTÃO E ESTRATÉGIA EM NEGÓCIOS, 5, 2007, Seropédica/RJ. Anais... Seropédica/RJ: SIMGEN, 2007. 1 CD-ROM.

Manual de Políticas públicas municipais de apoio às micro e pequenas empresas. - 1. ed. - São Paulo: SEBRAE, 2005.

PORTELA SOUZA, A. **Por uma Política de Metas de Redução da Pobreza.** São Paulo em Perspectiva. São Paulo, Vol. 18, nº 4, p. 20-27, 2004.

QUEIROZ, M. A. C. de. **Repensando o Empreendedorismo: Necessidade ou Vocação? Uma Análise a partir do Cadastro Central de Empresas do IBGE.** In: SIMPÓSIO DE GESTÃO E ESTRATÉGIA EM NEGÓCIOS, 5, 2007, Seropédica/RJ. Anais... Seropédica/RJ: SIMGEN, 2007. 1 CD-ROM.

REIS, E. P. **Reflexões Leigas para a Formulação de uma Agenda de Pesquisa em Políticas Públicas.** Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, Vol. 18, nº 51, p. 11-14, 2003.

SEBRAE. **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.** Disponível em: < <http://www.portal.sebrae.com.br>>. Acesso em 01 out 2007.

SELA, V. M; SELA, F. E. R; COSTA, S. C. **A Importância do Microcrédito para o Desenvolvimento Econômico e Social: um estudo sobre as contribuições proporcionadas pelo Banco do Povo de Maringá aos tomadores de microcrédito.** In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 30, 2006, Salvador. Anais... Salvador: ANPAD, 2006. 1 CD-ROM.

SOARES, A.P; BASTOS, D. **Empreendedorismo e Planejamento: Um Estudo sobre a Utilização do Plano de Negócios nas Pequenas e Médias Empresas.** In: SIMPÓSIO DE GESTÃO E ESTRATÉGIA EM NEGÓCIOS, 5, 2007, Seropédica/RJ. Anais... Seropédica/RJ: SIMGEN, 2007. 1 CD-ROM.

SOARES, J. C. V; ZAMBERLAN, L; SANTOS, C. S; MACAGNAN, I. P. **Capacitação Empresarial – Uma experiência de Integração Governo/Universidade em Empresas do Noroeste do Rio Grande do Sul – Resultados Preliminares.** In: SIMPÓSIO DE GESTÃO E ESTRATÉGIA EM NEGÓCIOS, 5, 2007, Seropédica/RJ. Anais... Seropédica/RJ: SIMGEN, 2007. 1 CD-ROM.

TERENCE, A. C. F; ESCRIVÃO FILHO, E. **As particularidades das pequenas empresas no planejamento estratégico: a elaboração de um roteiro prático.** In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 2, 2001, Londrina/PR. Anais... Londrina/PR. EGEPE. p.592-602.